ISSN: 2358-8829

INTERSECCIONALIDADES NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: reflexões sobre deficiência, raça e classe nas políticas de acessibilidade

Orlando de Lima Monteiro [1]
Aziel Alves de Arruda [2]

INTRODUÇÃO

A ausência de uma perspectiva interseccional nas políticas públicas de acessibilidade e na formação docente, no contexto da educação especial e inclusiva, compromete a efetiva inclusão escolar e o pleno desenvolvimento do estudante com deficiência. Assim, se parte da compreensão de que a experiência da deficiência não pode estar dissociada de outros marcadores sociais da diferença, especificamente de raça e classe social (Pagni, 2024).

A relevância desta pesquisa se fundamenta na necessidade crítica de se superar uma visão universalista, abstrata e homogênea da deficiência nas políticas públicas educacionais, a qual, frequentemente, ignora o fato de que vivenciar a deficiência em ambientes educacionais e sociais é uma experiência profundamente moldada pelas hierarquias raciais e pelas desigualdades socioeconômicas.

Diante dessa problemática, o estudo delimita o seguinte problema de pesquisa: De que maneira a ausência de uma perspectiva interseccional (que considere raça e classe social) nas políticas de acessibilidade e na formação docente compromete a efetiva inclusão de estudantes da Educação Especial no contexto educacional?

Para responder a esse questionamento, se estabelece como objetivo geral: Analisar as interdependências entre deficiência, raça e classe social no âmbito das políticas de acessibilidade, discutindo como esses marcadores influenciam o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a equidade no sistema educacional.

E com o intuito de se operacionalizar o objetivo geral, definem-se os seguintes objetivos específicos: Mapear os marcos legais e norteadores das políticas de acessibilidade no Brasil, identificando se e como as dimensões de raça e classe são

[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica – PPEEEB/CCCO da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, monteiroorlando16@gmail.com;
[2] Professor orientador: Doutor em Ciências da Educação. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: azielalves@gmail.com.

contempladas nos documentos oficiais; Discutir as barreiras socioeconômicas e raciais que dificultam o acesso, a permanência e a aprendizagem de estudantes com diferentes tipos de deficiência, nos diferentes segmentos educacionais; e, refletir sobre a relevância da formação docente ao incorporar a teoria e o conceito de interseccionalidade, visando a consolidação de uma prática pedagógica mais justa, sensível e atenta às diversidades no AEE e nas salas regulares.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e qualitativa que analisa marcos normativos e produções científicas recentes sobre a temática. Os resultados apontam que a desconsideração dos marcadores de raça e classe aprofunda as disparidades de acesso e permanência escolar.

Desta forma, compreende-se que a incorporação do aporte interseccional na formação docente e no planejamento das políticas educacionais é pressuposto indispensável para transcender a visão unilinear da deficiência e viabilizar uma prática pedagógica verdadeiramente emancipatória e inclusiva.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O presente estudo se estrutura como um estudo de natureza bibliográfica e abordagem qualitativa. A pesquisa bibliográfica fundamenta-se nos preceitos de Gil (2022), permitindo o mapeamento, o levantamento e a análise crítica do acervo teórico e normativo já publicado sobre o objeto investigado. A abordagem qualitativa orienta-se pelas contribuições de Minayo (2023), se justificando pela necessidade de se compreender as dinâmicas sociais complexas e as representações associadas aos marcadores de deficiência, raça e classe no ambiente educacional.

O levantamento do acervo bibliográfico priorizou produções científicas nacionais veiculadas nos últimos cinco anos, bem como documentos legislativos centrais da Educação Especial brasileira. O procedimento de análise pautou-se na leitura reflexiva e no cruzamento categorial entre a legislação de acessibilidade e a literatura crítica contemporânea sobre interseccionalidade. Por utilizar exclusivamente fontes secundárias e publicações de domínio público, dispensou-se a submissão prévia a comitês de ética, observando-se rigorosamente as normas de citação e autoria.

REFERENCIAL TEÓRICO

A fundamentação teórica deste trabalho apoia-se na interlocução crítica entre os estudos sobre inclusão escolar e a perspectiva da interseccionalidade. Historicamente, a trajetória da Educação Especial no Brasil esteve associada a modelos de atendimento segregados ou integracionistas, conforme resgatado por Jannuzzi (2004) e problematizado por Mendes (2006) ao analisar a radicalização do debate sobre inclusão no cenário nacional.

Embora a legislação educacional, a exemplo da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida (Brasil, 2020) tenham buscado normatizar o direito de acesso e a oferta do AEE, nota-se que as normativas frequentemente abordam o sujeito com deficiência a partir de uma identidade genérica e desincorporada de suas marcas sociais.

O debate conceitual acerca da acessibilidade e da construção de sistemas inclusivos ganha sustentação com os aportes de Sassaki (1997) e Mantoan (2015), que defendem a transformação estrutural das instituições para a remoção de todas as modalidades de barreiras. Contudo, teorizações contemporâneas indicam que a eliminação de barreiras atitudinais e arquitetônicas se torna incompleta quando não considera como a discriminação por deficiência se sobrepõe ao racismo e à exclusão socioeconômica, evidenciando como a sobreposição desses marcadores gera desvantagens cumulativas para os sujeitos Pagni (2024).

Aprofundando essa análise, Freitas e Santos (2021) apontam que a apreensão articulada entre deficiência, raça e classe é indispensável para evitar que a escola reproduza a seletividade social sob o pretexto de neutralidade técnica. Essa urgência também é enfatizada por Cardim e Cunha (2025), ao argumentarem que o cruzamento entre raça e Educação Especial expõe vulnerabilidades históricas vivenciadas por estudantes negros com deficiência no cotidiano escolar. Em consonância, Grazzinoli e Santiago (2025) defendem a interseccionalidade como uma ferramenta político-pedagógica estratégica para promover a emancipação social e combater discursos capacitistas e racializados.

As percepções docentes no AEE, constatam que a sensibilização dos educadores para com os marcadores de classe e raça altera significativamente as estratégias de acolhimento e ensino (Reis, 2024), e a superação das dificuldades e barreiras de

aprendizagem requer reflexões contínuas em torno do binômio equidade e diversidade, assegurando que o AEE não atue de forma isolada, mas integrado a um projeto político-pedagógico amplo e inclusivo (Paz *et al*. (2025).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise sistemática da literatura e dos marcos norteadores permitiu categorizar a discussão em três eixos centrais que evidenciam o impacto da perspectiva interseccional nas políticas e práticas educativas.

O primeiro eixo consiste no mapeamento dos marcos legais das políticas de acessibilidade no Brasil. Identificou-se que a legislação educacional e as políticas nacionais de Educação Especial (Brasil, 2008; Brasil, 2020) garantem avanços formais e asseguram o direito ao AEE. No entanto, esses documentos tratam o público-alvo prioritariamente a partir do recorte funcional da deficiência, apresentando uma lacuna expressiva no tocante às especificidades raciais e às condições de vulnerabilidade socioeconômica das famílias, operando sob uma abordagem universalista que neutraliza as desigualdades estruturais.

O segundo eixo volta-se às barreiras socioeconômicas e raciais no acesso e permanência escolar. Ficou evidente que estudantes com diferentes tipos de deficiências, pertencentes a extratos de menor renda e a grupos racializados enfrentam barreiras multiplicadas (Freitas; Santos, 2021; Cardim; Cunha, 2025). Nestes contextos, a falta de saneamento básico, a fragilidade nas redes de transporte, a escassez de recursos assistivos no domicílio e o racismo institucional potencializam os impedimentos pedagógicos, resultando em elevadas taxas de evasão e na precarização da aprendizagem.

O terceiro eixo debate a formação docente e o conceito de interseccionalidade no AEE. Os achados indicam que os cursos de formação inicial e continuada continuam ancorados em visões biomédicas e técnicas da deficiência, e a incorporação de leituras interseccionais na formação docente permite que os docentes identifiquem tais sobreposições de vulnerabilidade, transformando a organização do AEE e a prática pedagógica regular em instrumentos éticos e políticos voltados à justiça social e à equidade (Reis, 2024; Grazzinoli e Santiago, 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estudo permitiu analisar as interdependências entre deficiência, raça e classe social no contexto das políticas públicas de acessibilidade, destacando o impacto do viés interseccional na organização do AEE e na promoção da equidade de ensino.

Evidenciou-se que a adoção de um modelo homogêneo de deficiência nas políticas educacionais oculta assimetrias profundas e restringe o alcance da inclusão escolar. Frente a essa realidade, a formação docente deve incorporar, de maneira estrutural, o conceito de interseccionalidade, capacitando os docentes para a construção de uma atuação justa, equânime e emancipatória.

Apenas ao reconhecer as múltiplas identidades e condicionantes sociais dos estudantes, será possível superar a visão unilinear da deficiência e consolidar práticas pedagógicas efetivamente inclusivas em todos os níveis e segmentos educacionais.

E quanto à possibilidade de novos estudos sobre essa temática, recomenda-se o desenvolvimento de novas investigações empíricas que acompanhem a implementação de abordagens interseccionais na rotina do AEE e no mapeamento de dados estatísticos do sistema de ensino.

Palavras-chave: Educação Especial, Interseccionalidade, Políticas de Acessibilidade, Formação Docente, Inclusão Escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. **PNEE:** Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Brasília: MEC, SEMESP, 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva – PNEEPEI/MEC.** Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf. Acesso em: 01 out. 2026.

CARDIM, Andrezza; CUNHA, Fátima Cristina. Educação inclusiva com ênfase na intersecção entre Educação Especial e raça. **Revista Diálogos Interdisciplinares**, v. 1, n. 17, p. 572-586, 2025. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/deaint/article/view/22613. Acesso em: 24 out. 2026.

FREITAS, Marcos Cezar de; SANTOS, Larissa Xavier. Interseccionalidades e a educação especial na perspectiva da educação inclusiva. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 51, e07896, p. 01-19, 2021. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/cp/a/644x3dWqRP5ydLJ94BPHc5C/?lang=pt. Acesso em: 25 out. 2026.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

GRAZZINOLI, Raquel Xavier; SANTIAGO, Mylene Cristina. A interseccionalidade como estratégia para inclusão e emancipação social: reflexões sobre educação e deficiência. In: **SEMINÁRIO CIDADE, TERRITORIALIDADES E INTERSECCIONALIDADE (SCTI)**, 2025. Anais... 2025. Disponível em: https://congressos.spo.ifsp.edu.br/index.php/scti/article/view/199. Acesso em: 24 out. 2026.

JANNUZZI, Gilberta. Algumas concepções de educação do deficiente. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 25, n. 3, 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, p. 387-405, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 15. ed. São Paulo: Hucitec, 2023.

PAGNI, Pedro Angelo. Deficiência, interseccionalidade e suas inflexões teóricas: outras perspectivas para a pesquisa educacional e desafios à educação inclusiva. **Roteiro**, v. 49, n. 1, p. e34293, 2024. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=10587846. Acesso em: 24 out. 2026.

PAZ, José Flávio da; SANTOS, Lidiane Silva dos; LOPES, Ivana Carla de Oliveira; FREITAS, Patrícia Oliveira de; SILVA, Joelza dos Santos. Educação, dificuldades e deficiência de aprendizagem: reflexões e práticas no contexto da inclusão escolar, diversidade e equidade no ensino. **REI - Revista de Educação do UNIDEAU**, v. 5, n. 2, p. e299, 2025. DOI: 10.55905/reiv5n2-007. Disponível em: https://www.periodicos.ideau.com.br/index.php/rei/article/view/299. Acesso em: 25 out. 2026.

REIS, Larissa Diana Guimarães. **Atendimento Educacional Especializado (AEE) e interseccionalidade**: percepções sobre marcadores sociais de raça, classe e deficiência e suas implicações nas práticas das professoras. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/items/2fdff6db-d2b8-467f-b2b9-f56230ba301f. Acesso em: 24 out. 2026.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.